

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O ALBAPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA ("ALBAPREV" ou "Entidade") é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Os recursos de que a Entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de seus participantes, da patrocinadora e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e suas atualizações.

A atividade da Entidade é regulamentada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e são fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") vinculada ao Ministério da Economia.

A ALBAPREV possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo por objetivo complementar os benefícios assegurados pela previdência social oficial, sendo patrocinada pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com o art. 17 da IN SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, e alteradas pelas IN SRF nº 667, de 26 de julho de 2006, e art. 17 da IN RFB nº 1.315, de 03 de janeiro de 2013, respectivamente.

▪ Planos de Benefícios administrados

A ALBAPREV, atualmente, administra um (1) plano de benefícios, na modalidade Contribuição Definida, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB) nº 2005006311 mantido pela PREVIC.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da ALBAPREV e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especificamente a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020 e suas alterações; e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa, o fluxo dos investimentos e assistencial, proporcione informações confiáveis e mais relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis do plano de benefícios administrado pela ALBAPREV e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), e as demonstrações individuais apresentam exclusivamente os valores contabilizados em cada Plano de Benefícios. Os demonstrativos contábeis exigidos pela Resolução nº 43/2021, art. 17, são os seguintes:

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive 'S' or 'B' shape.

- Balanço Patrimonial (Consolidado).
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Plano de benefício).
- Demonstração do Ativo Líquido (Plano de benefício).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Plano de benefício).

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais e a moeda funcional da ALBAPREV é o real (R\$).

b. Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo dos Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência.

c. Investimentos

Cotas de Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgado pelos administradores dos respectivos fundos.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, da provisão para perdas na realização de créditos.

d. Provisão para perdas na realização de créditos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no caput. 19 da Instrução Normativa PREVIC Nº 31, de 20 de agosto de 2020, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga:

Dias		Provisão Mínima
31	60	1%
61	90	5%
91	120	10%
121	180	25%
181	240	50%
241	360	75%
361	>361	100%

e. Imobilizado e intangível

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.



Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da ALBAPREV são contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortização acumulada, também calculada pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A depreciação é calculada a partir das seguintes taxas ao ano:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos - "Hardware"	20% (vinte por cento)

f. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente desembolsado e acrescidos dos rendimentos auferidos.

g. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

h. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a ALBAPREV. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

- **Ativos contingentes (quando aplicável):** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- **Obrigações legais:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.
- **Provisões:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações (passivo) onde há incerteza tanto ao prazo quanto ao valor.

i. Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários independentes responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder ajustados a valor presente.



j. Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e as provisões com demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas ocasionalmente resultará em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

k. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos planos de benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2021, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e Outras Receitas), deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Patrimônio Social.

l. Ajustes e Eliminações

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Migração entre Planos", "Compensação de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa", "Participação no Fundo Administrativo PGA" e valores a pagar e a receber entre planos.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

m. Novas práticas contábeis

Em 24 de Agosto de 2020, foi publicada a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020 que estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. Esta Instrução entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021.

Entre as principais alterações para vigência em 2021, destacam-se: revisão da estrutura contábil para registro dos investimentos; reavaliação de imóveis; critérios de reconhecimento da provisão de perdas estimadas; padronização de procedimentos para a atualização de depósitos judiciais; reclassificação dos contratos de dívidas registrados no Passivo para o Ativo.



4 Disponível

Representam os recursos com alta liquidez na entidade e são representados pelos recursos em caixa, bancos e numerários em trânsito, a saber:

	31.12.2021	31.12.2020
DISPONÍVEL	1.324.694,23	751.811,35
IMEDIATO	1.324.694,23	751.811,35
CAIXA	1.174,24	0,41
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.323.519,99	751.810,94

5 Realizável – Gestão Previdencial

Representam os recursos a receber relativos ao plano de benefício.

	31.12.2021	31.12.2020
GESTÃO PREVIDENCIAL	573.425,35	4.003,49
RECURSOS A RECEBER	573.425,35	4.003,49
CONTRIBUIÇÕES DO MÊS ¹	573.199,12	3.777,26
OUTROS RECURSOS A RECEBER	226,23	226,23

Contribuições no Mês

Representam os recursos a receber do plano de benefício.

Outros Recursos a Receber

Representam os valores a receber pelo plano de benefício pagos indevidamente ou a maior no referido período.

6 Realizável – Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa.

	31.12.2021	31.12.2020
GESTÃO ADMINISTRATIVA	718.247,24	667.058,02
CONTAS A RECEBER	2.241,03	-
RESPONSABILIDADE DE EMPREGADOS	-	-
OUTROS RECURSOS A RECEBER	2.241,03	-
DESPESAS ANTECIPADAS	3.133,16	-
PARTICIPAÇÃO NO PGA	-	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	712.873,05	667.058,02
DEPÓSITOS JUDICIAIS	712.873,05	667.058,02
PIS	99.641,09	93.236,84
COFINS	613.231,96	573.821,18

Depósitos Judiciais

Os valores referentes ao PIS e à COFINS, devidos até 31/12/2007, foram atualizados até 2009 de acordo com os encargos previstos na legislação e pagos. As contribuições devidas a partir de outubro de 2008 passaram a ser recolhidas judicialmente, conforme processo 2008.33.00.012131-6.



Os depósitos judiciais não estão sendo atualizados, tendo em vista o disposto no acórdão nº 101-91.805/98 do Diário Oficial da União de 07/04/1998 e solução de consulta nº 35 de 10/12/2003 da Superintendência da Receita Federal da 3ª Região Fiscal:

"Enquanto perdurar a lide, os rendimentos produzidos pelos depósitos judiciais sujeitam-se à condição suspensiva, não cabendo, pois, a sua apropriação como receita, o que deverá ocorrer somente por ocasião da decisão judicial ou desistência da ação proposta no poder judiciário. (Acórdão nº 101-91.805/98)."

Solução de consulta nº 35:

"A receita de juros incidente sobre os depósitos judiciais deverá compor a base de cálculo do PIS e COFINS após o encerramento da lide ou do processo litigioso, ou no momento em que for autorizada por decisão judicial anterior àquele evento, a devolução dos valores depositados em juízo."

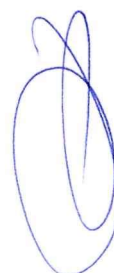
7 Realizável – Investimentos

Os investimentos são administrados com base nas diretrizes determinadas pela Política de Investimento devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade anualmente.

Em 31 de dezembro de 2021, a AlbaPrev possuía em sua carteira, cotas de fundos de investimentos e operações com participantes, baseados no disposto na Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, que regulamentam os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
INVESTIMENTOS	95.301.721,84	87.303.620,05
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	93.675.927,44	85.448.051,02
FUNDO DE RENDA FIXA	24.355.360,26	21.389.948,37
FI CAIXA SAFIRA CORPORATIVO RF	24.355.360,26	21.389.948,37
FUNDO DE ÍNDICE REFERÊNCIA RENDA FIXA (ETF)	69.320.567,18	64.058.102,65
FUNDO DE ÍNDICE REFERÊNCIA RENDA FIXA (ETF) CRÉDITO PRIVADO	69.320.567,18	64.058.102,65
BRDESCO REFERENCIADO DI PREMIUM	47.869.183,06	42.061.572,81
CAIXA FIC TOP REF DI LP	21.451.384,12	21.996.529,84
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.625.794,40	1.855.569,03
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	1.625.794,40	1.855.569,03
EMPRÉSTIMOS	1.698.996,78	1.929.685,41
(-) PERDAS ESTIMADAS - EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	(73.202,38)	(74.116,38)



8 Imobilizado

Registra o valor contábil de bens contabilizados pelo custo de aquisição, ajustado por depreciações (imobilizado) de acordo com a natureza e tempo de vida útil dos itens que o compõem.

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, o imobilizado possui a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
IMOBILIZADO	20.545,76	24.747,85
OPERACIONAL CORPÓREO	20.545,76	24.747,85
BENS MÓVEIS	20.545,76	24.747,85
COMPUTADORES	-	228,75
COMPUTADORES - CUSTO	7.410,95	7.502,45
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (-)	(7.410,95)	(7.273,70)
PERIFÉRICOS	620,43	1.033,99
PERIFÉRICOS - CUSTO	2.608,33	2.608,33
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (-)	(1.987,90)	(1.574,34)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	19.925,33	23.485,11
MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CUSTO	35.597,58	35.597,58
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (-)	(15.672,25)	(12.112,47)

9 Exigível Operacional – Gestão Previdencial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

	31.12.2021	31.12.2020
GESTÃO PREVIDENCIAL	80.170,11	296.344,47
BENEFÍCIOS A PAGAR	3.751,73	-
RETENÇÕES A RECOLHER	20.519,78	237.207,74
VALORES A REPASSAR - RISCO TERCEIRIZADO	34.387,76	-
OUTRAS EXIGIBILIDADES	21.510,84	59.136,73
COBERTURA DE BENEFÍCIOS DE RISCO	299,39	57.232,49

Retenções a Recolher

Representam valores de Imposto de Renta Retido na Fonte (IRRF) relativos aos benefícios e resgates concedidos no período e no mês subsequente serão recolhidos.

Valores a Repassar – Risco Terceirizado

Representam os recursos a pagar a seguradora referente as contribuições de risco.

Outras Exigibilidades

Representam os recursos de contribuições recebidas indevidamente.



10 Exigível Operacional – Gestão Administrativa

Registram os compromissos a pagar assumidos pela ALBAPREV relativos à gestão administrativa, conforme quadro abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
GESTÃO ADMINISTRATIVA	175.219,88	172.873,59
CONTAS A PAGAR	172.260,10	172.873,59
SALÁRIOS E ENCARGOS	138.274,03	134.305,27
FGTS	6.978,60	6.423,56
INSS	17.349,43	15.960,84
IRRF S/SALARIOS	24.420,58	21.934,74
PROVISÃO PARA FÉRIAS	89.525,42	89.986,13
FORNECEDORES	33.986,07	38.568,32
TRIBUTOS A RECOLHER	1.218,75	-
OUTRAS EXIGIBILIDADES	1.741,03	-

11 Exigível Operacional – Investimentos

Compromissos a pagar relacionado ao grupo de Investimentos da entidade. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentou a seguinte exigibilidade:

	31.12.2021	31.12.2020
INVESTIMENTOS	-	1.352,09
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	1.352,09
EMPRÉSTIMOS	-	1.352,09

12 Exigível Contingencial

A entidade constituiu provisão dos valores depositados judicialmente de PIS e COFINS, conforme processo nº 2008.33.00.012131-6, movido contra a União Federal.

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O saldo provisionado de PIS e COFINS sobre as receitas administrativas apresenta o seguinte montante:

	31.12.2021	31.12.2020
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	716.351,13	676.874,34
GESTÃO ADMINISTRATIVA	716.351,13	676.874,34
PROVISÃO	716.351,13	676.874,34
COFINS	616.216,27	582.257,74
PIS	100.134,86	94.616,60



13 Provisões Matemáticas

O registro contábil do valor das Provisões matemáticas corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano na modalidade "Contribuição Definida – CD" da entidade.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria ALBAPREV. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
PROVISÕES MATEMÁTICAS	91.862.193,13	81.899.406,50
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.481.858,75	3.269.790,28
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	3.481.858,75	3.269.790,28
SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS - CONSTITUÍDO	3.481.858,75	3.269.790,28
BENEFÍCIOS A CONCEDER	88.380.334,38	78.629.616,22
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	88.380.334,38	78.629.616,22
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/ INSTITUIDOR(ES)	45.215.018,39	40.499.144,51
SALDO DE CONTAS - PARCELA CONSTITUÍDA PELOS PARTICIPANTES	43.165.315,99	38.130.471,71

Os saldos das provisões matemáticas referentes a benefícios concedidos e benefícios a conceder apresentaram crescimento de 12,16% no exercício de 2021 devido às contribuições recebidas (participantes e patrocinadoras) e à rentabilidade dos ativos investidos.

Provisões de benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos benefícios futuros dos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

Provisões de benefícios a conceder

Para os benefícios na modalidade de contribuição definida, correspondem ao saldo de contas, parcelas participantes.

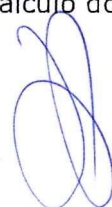
14 Fundos

A entidade registrou os seguintes valores no grupo "Fundos", a saber:

	31.12.2021	31.12.2020
FUNDOS	5.177.902,55	5.778.506,15
FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.007.628,79	1.876.704,59
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	2.007.628,79	1.876.704,59
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.170.273,76	3.901.801,56
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.170.273,76	3.901.801,56
FUNDO ADMINISTRATIVO COM PARTICIPAÇÃO DOS PLANOS	3.170.273,76	3.901.801,56

a. Fundo Previdencial

Conforme determina o regulamento do plano ALBAPREV, em caso de resgate ou portabilidade de saída deverá ser observado o tempo de vinculação do participante ao plano, para fins de cálculo do



direito à parcela do saldo de contas constituído por contribuições do Patrocinador. Eventuais valores remanescentes na Subconta Básica do Patrocinador serão destinados para a cobertura de Contribuições futuras do Patrocinador.

O Fundo Previdencial foi constituído a partir dos seguintes valores:

I. Saldo remanescente de contribuições da patrocinadora da subconta básica do patrocinador, relativo a participantes que se desligaram do plano sem cumprir o prazo de carência regulamentar de 10 (dez) anos de vinculação para fazer jus a tais valores;

II. Saldo remanescente do Fundo de Serviço Passado dos participantes desligados sem cumprir o tempo de carência de 10 (dez) anos.

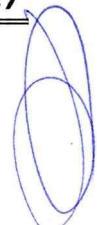
b. Fundo Administrativo

O fundo administrativo é correspondente à diferença entre as receitas e as despesas administrativas, acrescidas do retorno dos investimentos, conforme disposto na demonstração do plano de Gestão Administrativa.

15 Consolidação das Demonstrações Contábeis (Ajustes e Eliminações)

Em atendimento ao disposto no § único, do artigo 27, da Instrução Normativa PREVIC nº 27, de 06 de agosto de 2020, e o item XIII, artigo 30, da Instrução Normativa PREVIC Nº 31, de 20 de agosto de 2020, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, "Participação do Fundo Administrativo nos planos previdenciais", "Superávit e Déficit Técnico", "Migração entre Planos", "Compensação de Fluxos Previdenciais" e "Participação no Plano de Gestão Administrativa".

Descrição	31.12.2021		Ajustes e Eliminações		Consolidado
	Planos		Documentos Auxiliares		
	CD	PGA	Débito	Crédito	
Disponível	1.323.519,99	1.174,24	-	-	1.324.694
Realizável	95.796.187,11	4.040.124,77	-	3.169.715,07	96.666.597
Gestão Previdencial	573.425,35	-	-	-	573.425
Gestão Administrativa	3.169.715,07	718.247,24	-	3.169.715,07	718.247
Investimentos	92.053.046,69	3.321.877,53	-	-	95.374.924
Imobilizado	-	20.545,76	-	-	20.546
Total do Ativo	97.119.707,10	4.061.844,77	-	3.169.715,07	98.011.837
Exigível Operacional	80.170,11	175.219,88	-	-	255.390
Gestão Previdencial	80.170,11	-	-	-	80.170
Gestão Administrativa	-	175.219,88	-	-	175.220
Exigível Contingencial	-	716.351,13	-	-	716.351
Gestão Administrativa	-	716.351,13	-	-	716.351
Patrimônio Social	97.039.536,99	3.170.273,76	3.169.715,07	-	97.040.096
Patrimônio de Cobertura	91.862.193,13	-	-	-	91.862.193
Fundos	5.177.343,86	3.170.273,76	3.169.715,07	-	5.177.903
Previdencial	2.007.628,79	-	-	-	2.007.629
Administrativos	3.169.715,07	3.170.273,76	3.169.715,07	-	3.170.274
Total do Passivo	97.119.707,10	4.061.844,77	3.169.715,07	-	98.011.837



Descrição	31.12.2020		Ajustes e Eliminações		Consolidado
	Planos		Documentos Auxiliares		
	CD	PGA	Débito	Crédito	
Disponível	751.810,94	0,41	-	-	751.811,35
Realizável	87.223.798,27	4.726.801,23	-	3.901.801,56	88.048.797,94
Gestão Previdencial	4.003,49	-	-	-	4.003,49
Gestão Administrativa	3.901.801,56	667.058,02	-	3.901.801,56	667.058,02
Investimentos	83.317.993,22	4.059.743,21	-	-	87.377.736,43
Imobilizado	-	24.747,85	-	-	24.747,85
Total do Ativo	87.975.609,21	4.751.549,49	-	3.901.801,56	88.825.357,14
Exigível Operacional	297.696,56	172.873,59	-	-	470.570,15
Gestão Previdencial	296.344,47	-	-	-	296.344,47
Gestão Administrativa	-	172.873,59	-	-	172.873,59
Investimentos	1.352,09	-	-	-	1.352,09
Exigível Contingencial	-	676.874,34	-	-	676.874,34
Gestão Administrativa	-	676.874,34	-	-	676.874,34
Patrimônio Social	87.677.912,65	3.901.801,56	3.901.801,56	-	87.677.912,65
Patrimônio de Cobertura	81.899.406,50	-	-	-	81.899.406,50
Fundos	5.778.506,15	3.901.801,56	3.901.801,56	-	5.778.506,15
Previdencial	1.876.704,59	-	-	-	1.876.704,59
Administrativos	3.901.801,56	3.901.801,56	3.901.801,56	-	3.901.801,56
Total do Passivo	87.975.609,21	4.751.549,49	3.901.801,56	-	88.825.357,14

16 De-Para das Demonstrações Contábeis

A partir do advento do Anexo III, Instrução Normativa nº 31, a DMPS, DMAL e DPGA, em comparação as Demonstrações Contábeis aprovadas no exercício de 2020, sofreram alterações na alocação das contas contábeis correspondentes aos respectivos campos. Vale destacar que a realocação das contas contábeis não alterou o resultado. Abaixo está demonstrado o DE-PARA e os respectivos efeitos, a saber:



a. Demonstração de Mutações do Patrimônio Social (DMPS)

	31.12.20	
	DE	PARA
A) Patrimônio Social - início do exercício	81.939.155,80	81.939.155,80
1. Adições	12.685.604,22	12.685.604,22
(+) Contribuições Previdenciais	8.178.739,95	8.178.739,95
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.931.846,18	1.931.846,18
(+) Receitas Administrativas	2.501.249,59	2.501.249,59
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	73.768,50	73.768,50
2. Destinações	(6.946.847,37)	(6.946.847,37)
(-) Benefícios	(5.422.941,36)	(672.130,92)
(-) Portabilidade / Resgates	-	(4.187.383,78)
(-) Outras Destinações	-	(563.426,66)
(-) Despesas Administrativas	(1.402.659,51)	(1.402.659,51)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(1.508,12)	(1.508,12)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(119.738,38)	(119.738,38)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1-2)	5.738.756,85	5.738.756,85
(+/-) Provisões Matemáticas	4.620.154,01	4.620.154,01
(+/-) Fundos Previdenciais	67.490,76	67.490,76
(+/-) Fundos Administrativos	1.051.112,08	1.051.112,08
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	87.677.912,65	87.677.912,65



b. Demonstração de Muta  o do Ativo L  ido (DMAL)

	31.12.20	
	DE	PARA
A) Ativo L��ido - início do exercício	79.078.995,30	79.078.995,30
1. Adi��es	10.737.333,88	10.737.333,88
(+) Contribui��es	8.805.487,70	8.805.487,70
(+) Resultado Positivo L��ido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.931.846,18	1.931.846,18
2. Destina��es	(6.049.689,11)	(6.049.689,11)
(-) Benefícios	(5.422.941,36)	(672.130,92)
(-) Portabilidade / Resgates	-	(4.187.383,78)
(-) Custeio Administrativo	(626.747,75)	(626.747,75)
(-) Outras Destina��es	-	(563.426,66)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo L��ido (1+2)	4.687.644,77	4.687.644,77
(+/-) Provisões Matemáticas	4.620.154,01	4.620.154,01
(+/-) Fundos Previdenciais	67.490,76	67.490,76
B) Ativo L��ido - final do exercício (A+3+4)	83.766.640,07	83.766.640,07
C) Fundos não previdenciais	3.901.801,56	3.901.801,56
(+/-) Fundos Administrativos	3.901.801,56	3.901.801,56



c. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

	31.12.20	
	DE	PARA
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.850.689,48	2.850.689,48
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.573.509,97	2.575.018,09
1.1. Receitas	2.573.509,97	2.575.018,09
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	626.747,75	626.747,75
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	61.789,54	61.789,54
Receitas Diretas	1.812.712,30	1.812.712,30
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	72.260,38	73.768,50
2. Despesas Administrativas	(1.402.659,51)	(1.402.659,51)
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(1.402.659,51)	(1.402.659,51)
Pessoal e Encargos	(972.640,72)	(972.640,72)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(7.358,56)	(7.358,56)
Viagens e Estadias	(430,31)	(430,31)
Serviços de Terceiros	(399.848,44)	(399.848,44)
Despesas Gerais	(12.957,11)	(12.957,11)
Depreciações e Amortizações	(4.549,37)	(4.549,37)
Tributos	(4.875,00)	(4.875,00)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(119.738,38)	(119.738,38)
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	(1.508,12)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-5)	1.051.112,08	1.051.112,08
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.051.112,08	1.051.112,08
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.901.801,56	3.901.801,56

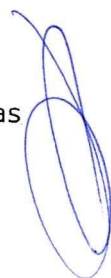
17 Efeito do CORONAVÍRUS na entidade

As tensões observadas em todos os segmentos da economia, decorrentes dos desdobramentos proporcionados pela pandemia do novo coronavírus, continuaram presentes e até então assustavam bastante os mercados. No Brasil, o ano de 2021 iniciava-se com a incerteza política em relação a eleição das presidências da Câmara e do Senado, ritmo lento da vacinação que gerava dúvidas quanto à retomada da atividade econômica aumentando a cada dia a percepção de risco do país e desta maneira, impactando negativamente os mercados de câmbio, bolsa e juros.

No começo do segundo trimestre, apesar da notícia favorável de aprovação do orçamento, e assim, maior alívio na cena fiscal, a abertura da CPI da Covid que investiga ações e omissões do Governo na pandemia adicionou nova variável de risco ao mercado. Esta preocupação foi sendo rompida por notícias favoráveis do exterior em relação à reabertura da economia, associado à ampliação do ritmo da vacinação, à maior confiança pela aprovação das Reformas Administrativa e Tributárias.

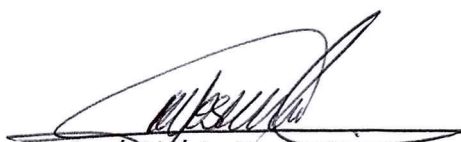
18 Eventos Subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.



* * *

Responsável Legal



José Aloísio Neves Dorea
Presidente
CPF: 005.417.025-72

Responsável Técnica

CLEIRE BUSTO
GUIMARAES DOS
SANTOS:09904280282

Assinado de forma digital por
CLEIRE BUSTO GUIMARAES DOS
SANTOS:09904280282
Dados: 2022.03.29 12:09:21
-03'00"

Cleire Busto Guimarães dos Santos
Técnica em Contabilidade
CPF 099.042.802-82
CRC/SC – 020.670/O-2

